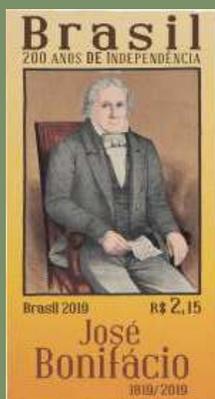




José Bonifácio

José Bonifácio de Andrada e Silva.

A Comissão Curadora do Bicentenário da Independência
apresenta



Memória da Exposição

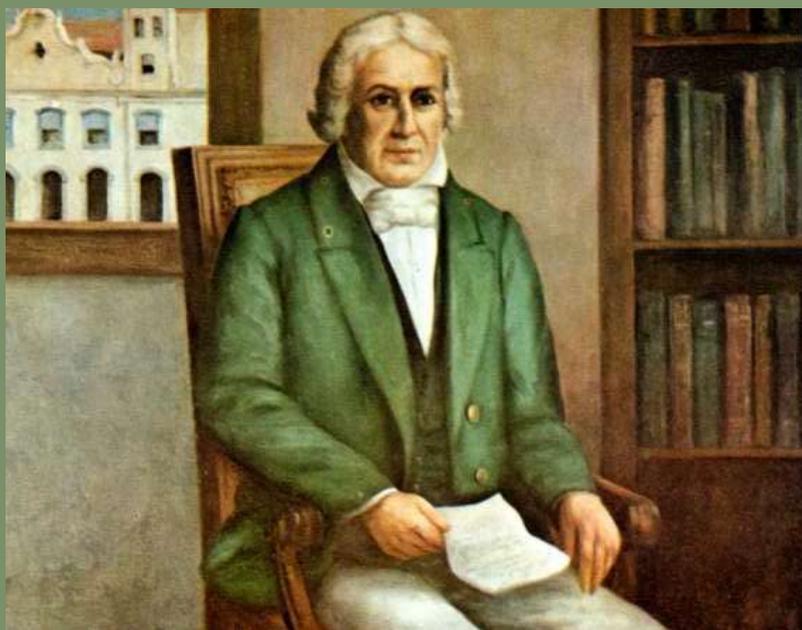
José Bonifácio

José Bonifácio de Andrada e Silva.

200 anos de Independência
Bicentenário do Retorno de José Bonifácio ao Brasil
1819 – 2019



Centro Cultural
Secretaria de Comunicação Social



José Bonifácio de Andrada e Silva Patriarca da Nacionalidade

No bojo dos preparativos da comemoração do bicentenário da Independência do Brasil, a Câmara dos Deputados vem, desde 2017, relembrando os mais destacados eventos e personagens que nos conduziram à emancipação política, em 1822.

Em 2017, o foco foi o desembarque de D. Leopoldina no Rio de Janeiro, em 1817, e sua decisiva participação na Independência.

Em 2018, nos duzentos anos da aclamação de D. João VI como Monarca do Reino Unido Portugal, Brasil e Algarves, evidenciamos a administração joanina no Brasil, que alicerçou nossa estrutura como nação.

Agora, em 2019, destacamos o retorno de José Bonifácio ao Brasil. Após uma longa estada na Europa, onde se tornou o mais conceituado cientista do mundo lusófono de seu tempo, o hábil acadêmico e gestor foi de imediato convidado a servir à nação brasileira como ministro de D. Pedro, ainda antes da Independência.

Nos poucos anos em que esteve à frente da administração brasileira, Bonifácio teve como norte dois objetivos: a plena emancipação do Brasil, com a expulsão de todas as tropas lusas do território nacional, e a manutenção de nossa integridade territorial. No entanto, sua visão ia muito além. Abrangia toda a sociedade brasileira e pleiteava ser indispensável a realização de profundas reformas, caso quiséssemos ser felizes enquanto nação.

A presente exposição histórica salienta, assim, a vida de José Bonifácio e a visão de sociedade que o "Patriarca da Independência" queria para o Brasil.

José Theodoro Mascarenhas Menck

*"É preciso sacrificar-se
para o bem do Brasil e tu
não verás esse bem; os
campos estão cheios de
sementeiras de flores e tu
não as gozarás."*

Naquela época, o porto de Santos era praticamente um vilarejo, com cerca de 2 mil habitantes. A família Andrada, cuja fortuna teve origem no comércio, era considerada abastada. Entre seus integrantes havia médicos, padres e poetas.

1763

Primeiros anos

José Bonifácio de Andrada e Silva nasceu em Santos, São Paulo, em 13 de junho de 1763. Foi o segundo dos nove filhos do casal Bonifácio José de Andrada e Maria Bárbara da Silva.

Com o auxílio de pais e tios, José Bonifácio concluiu em casa seus estudos primários, e aos quatorze anos seguiu para São Paulo, onde estudou com Frei Manuel da Ressurreição, com intenção de ordenar-se padre. Mas seu temperamento inquieto o levou a trilhar outros caminhos.



Acervo do Museu de Arte Sacra de São Paulo



Aluno da Universidade de Coimbra | Imagem cedida pela Universidade de Coimbra, Biblioteca Geral

1783

Formação em Portugal

Em 1783, aos vinte anos de idade, José Bonifácio embarcou para Portugal. Matriculou-se nos cursos jurídicos da Universidade de Coimbra, profundamente transformada, em razão das reformas promovidas dez anos antes pelo Marquês de Pombal, que imprimiu aos cursos ideais iluministas da razão e da ciência.

No espírito de seu tempo, os escritos de José Bonifácio citam Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Locke, Alexander Pope...

José Bonifácio formou-se em Letras Jurídicas e em Filosofia Natural, que “compreendia todos os ramos das ciências dedicados à observação da natureza”.

“Estudava com a ânsia e o apetite dos que nasceram para a vida do pensamento.”

Octávio Tarquínio de Souza



“Eu não sou partidário da mitologia ou da teosofia. Sou filósofo, isto é, constante indagador da verdadeira e útil sabedoria (...)”

José Bonifácio de Andrada e Silva (in: Notas Filosóficas)

ONDE NÃO HÁ
LEI, NÃO HÁ
LIBERDADE.
JOHN LOCKE
(1632-1704)

O HOMEM NASCEU
LIVRE E POR TODA A
PARTE VIVE
ACORRENTADO.
JEAN-JACQUES ROUSSEAU
(1712-1778)

LIBERDADE É O
DIREITO DE FAZER
TUDO O QUE AS
LEIS PERMITEM.
MONTESQUIEU
(1689-1755)

O INTERESSE
QUE TENHO
EM ACREDITAR
NUMA COISA
NÃO É A PROVA
DA EXISTÊNCIA
DESSA COISA.
VOLTAIRE (1694-1778)

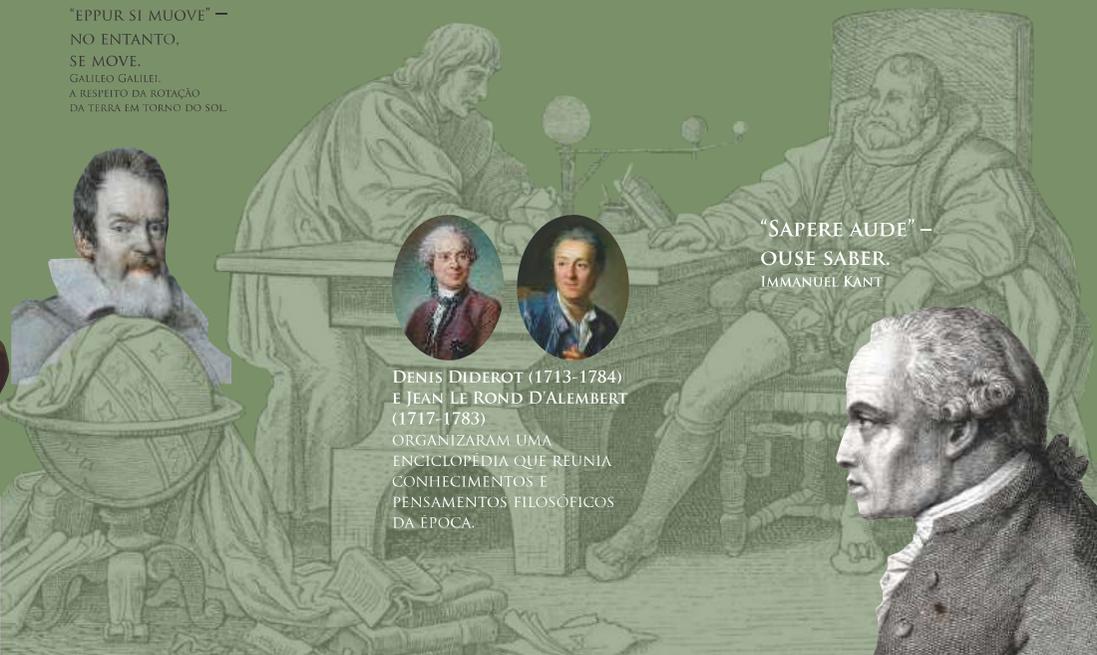
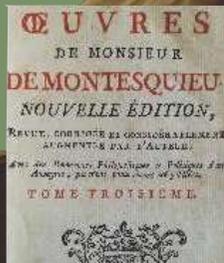
DIZER O QUE PENSA É O
DIREITO DE TODO
HOMEM LIVRE, NA PAZ E
NA GUERRA, NO
CONSELHO E NA LUTA.
ALEXANDER POPE (1688-1744)

“EPPUR SI MUOVE” —
NO ENTANTO,
SE MOVE.
GALILEO GALILEI
A RESPEITO DA ROTAÇÃO
DA TERRA EM TORNO DO SOL.

“SAPERE AUDE” —
OUSE SABER.
IMMANUEL KANT



DENIS DIDEROT (1713-1784)
E JEAN LE ROND D'ALEMBERT
(1717-1783)
ORGANIZARAM UMA
ENCICLOPÉDIA QUE REUNIA
CONHECIMENTOS E
PENSAMENTOS FILOSÓFICOS
DA ÉPOCA.



Patrono da ecologia brasileira

O conservacionismo ambiental era um elemento central no projeto de Bonifácio para o Brasil. Para ele, a conservação ambiental sustentava o crescimento econômico. Na *Memória sobre a pesca da baleia...*, o patriarca defendeu que a pesca das baleias e a retirada do seu azeite nas fonalhas deveriam respeitar as “sábias leis da economia geral da natureza”. Do contrário, acabariam por provocar “a ruína desta tão importante pescaria”, que “poderia ocorrer mui bem com lucro, sem a danificarmos para o futuro”.

Como cientista, Bonifácio foi um pioneiro a alertar para o “desflorestamento” como causa de alterações no clima e de desertificação.

O legado ambiental de José Bonifácio inspirou seu tetravô, Paulo Nogueira Neto (1922-2019), um dos maiores ambientalistas brasileiros, que articulou, durante o regime militar, a aprovação da Lei nº 6.938, de 1981, a Política Nacional do Meio Ambiente, até hoje em vigor.

Quando ministro do meio ambiente, o primeiro do Brasil, Nogueira Neto designou José Bonifácio “patrono da ecologia brasileira”.

Henrique Paranhos Sarmiento Leite
Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados

A Academia de Ciências de Lisboa foi criada no contexto do absolutismo ilustrado de D. Maria e de seu marido, D. Pedro III. Dedicou-se a estudar como seria possível reordenar as atividades econômicas do reino e do império colonial português em bases racionais e científicas.

Dez anos de estudos pela Europa

Ao concluir seus estudos, José Bonifácio tomou assento na Academia de Ciências de Lisboa, onde apresentou seu primeiro trabalho: *Memória sobre a pesca das baleias e extração do seu azeite; com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias*. O estudo chamou a atenção do fundador da Academia, Duque de Lafões, que lhe propiciou uma comissão do governo português para, junto com outros dois estudantes, excursionar por diversos centros mineralógicos europeus.



1790-1791

Paris

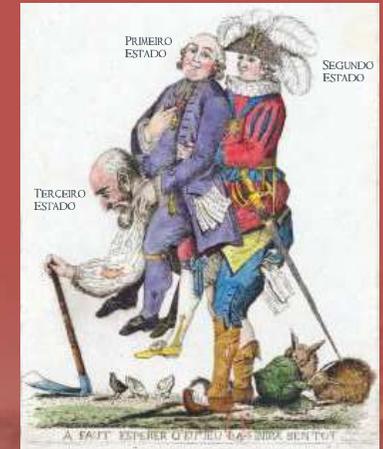
José Bonifácio e seus colegas chegaram a Paris em 1790, em plena Revolução Francesa. Permaneceram na cidade até fins de 1791. Não chegaram a testemunhar os massacres perpetrados pela população enfurecida em agosto de 1792, nem as execuções na guilhotina do regime de terror a partir de 1793, mas assistiram ao recrudescimento das prisões arbitrárias e da instabilidade social inaugurada um ano antes. Essa experiência o marcou profundamente. Mais tarde, no Brasil, posicionou-se como um conservador partidário do regime monárquico pois a entendia como garante da ordem social.

Em Paris, Bonifácio cursou Química e Mineralogia. Foi eleito sócio correspondente da Sociedade Filomática de Paris e da Sociedade de História Natural da França.

A Revolução Francesa foi um levante armado do chamado **Terceiro Estado**: camponeses e burgueses, 95% da população, revoltaram-se contra os privilégios do clero (**Primeiro Estado**) e da nobreza (**Segundo Estado**), em uma França mergulhada em profunda recessão.

Na primeira fase, os revolucionários vitoriosos reunidos na Assembleia Nacional Constituinte assinaram a Declaração Universal dos Direitos do Homem, calcada nos ideais iluministas de IGUALDADE, LIBERDADE E FRATERNIDADE, e aprovaram uma constituição instituindo um regime monárquico parlamentar que, entre outras coisas, extinguiu os privilégios da nobreza e do clero.

A resistência das minorias privilegiadas em aceitar as mudanças e a ameaça externa de invasão dos exércitos prussianos e austríacos acabaram por radicalizar o movimento, que aboliu a monarquia e levou à guilhotina o Rei Luís XVI, a Rainha Maria Antonieta e todos os suspeitos de não concordarem com a nova ordem — cerca de 17 mil pessoas, no período conhecido como O Terror.



As três ordens — O Terceiro Estado carregando nas costas o Clero e a Nobreza
Source gallica.bnf.fr | Bibliothèque Nationale de France

A Festa da Federação é a festa comemorada em 14 de julho de 1790, primeiro aniversário da tomada da Bastilha, no Champ-de-Mars, em Paris. Luís XVI participa deste festival e faz um juramento à nação e à lei em um clima de unidade nacional, na presença dos deputados dos 83 departamentos da época.





1792 Freiberg

De Paris seguiram para Freiberg, na Alemanha, sede da mais antiga escola de minas do mundo, onde funcionavam grandes minas de prata, cobre, zinco e arsênico. Lá receberam lições no curso completo de Minas. O certificado de conclusão de curso, dois anos depois, foi assinado por Abraham Gottlob Werner (1749-1817), um dos maiores expoentes da mineralogia.

José Bonifácio tornou-se amigo de Alexander von Humboldt (1769-1859), o maior naturalista do século XIX.

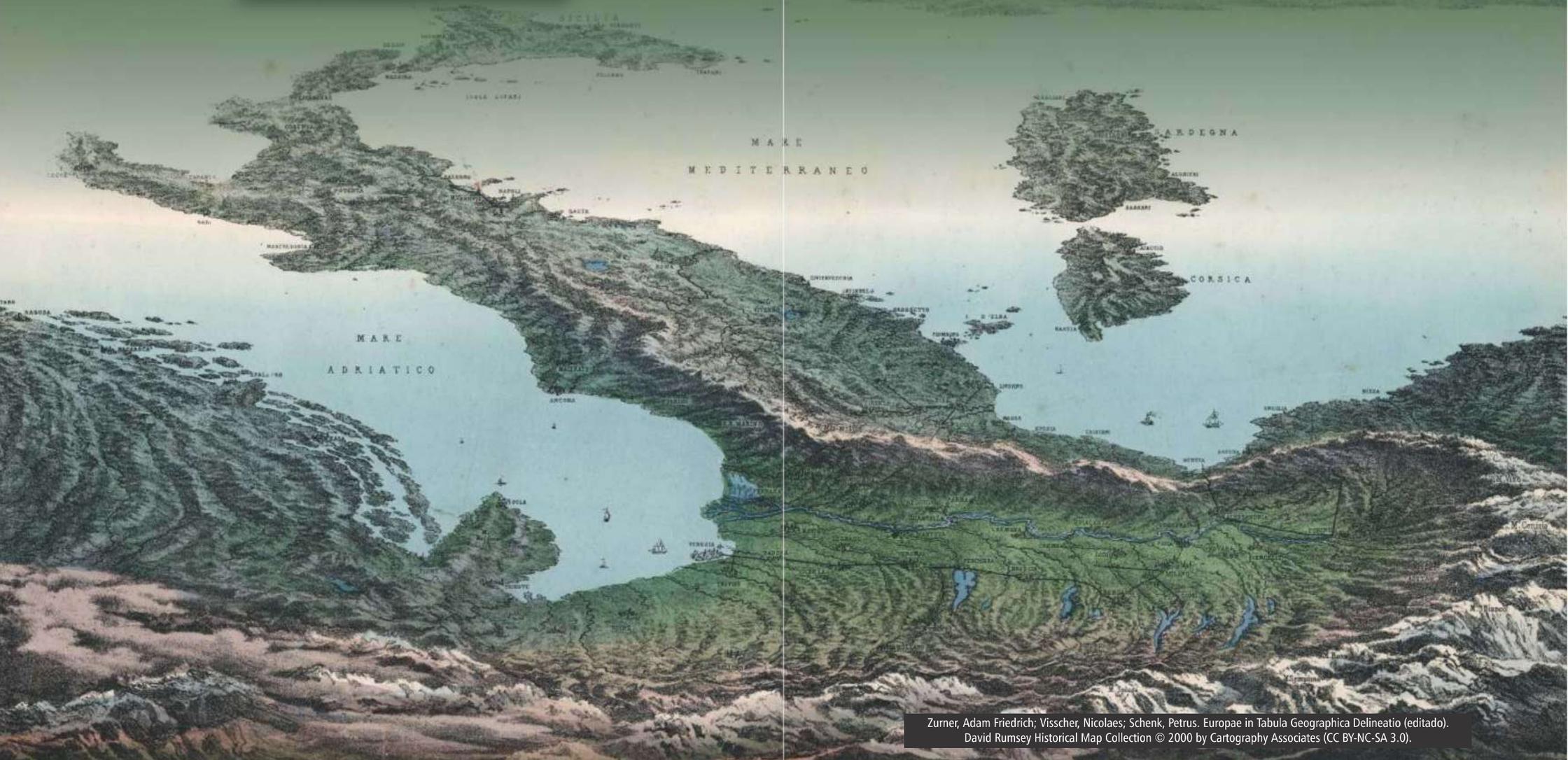


Zimmer, Adam Friedrich; Vischer, Nicolaus; Schenk, Petrus. Europae in Tabula Geographica Delineatio (editado). David Rumsey Historical Map Collection. © 2000 by Cartography Associates (CC BY-NC-SA 3.0).



1794 Áustria e Itália

De 1794 a 1796 visitaram minas na Áustria e na Itália, onde estudaram as formações vulcânicas dos Montes Eugêneos e ouviram lições de Alessandro Volta (1745-1827), o inventor da bateria elétrica.



1796

Suécia e Noruega

Em 1796, José Bonifácio seguiu para a Suécia e Noruega, onde identificou quatro minerais novos e oito variedades de minerais já conhecidos. A propósito dessas descobertas, o físico francês Pierre Guillaume Le Play escreveu:

“O Sr. d'Andrada fez tantas descobertas que seu país deveria lhe erguer estátuas que possam perpetuar a memória imortal de um dos maiores sábios de uma época tão fecunda em grandes homens”.



Petalite – descoberto em 1800, na ilha de Úto (no arquipélago de Estocolmo), importante para a obtenção do lítio.



Escapolite – mineral resultante de contato metamórfico com magma. Uma das variantes, também descrita por Bonifácio, é a wernerite, uma homenagem ao seu mestre Werner.

Criolite – o mineral lhe foi trazido da Groenlândia. É raro e serve como fundente na metalurgia do alumínio. Aparentemente já esgotado na Groenlândia. Há apenas um outro depósito na Amazônia, mas pode ser obtido artificialmente a partir da fluorita.



Minerais descobertos por José Bonifácio

Acervo: Museu de Ciências da Terra – CPRM



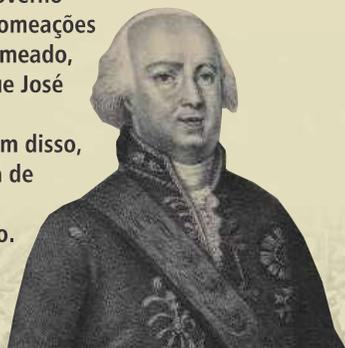
Espodumênio – importante na obtenção de sais de lítio, empregados em cerâmica e fabricação de vidro. As variedades coloridas constituem pedras preciosas de grande valor. Também descoberto em 1800.

1800-1818

Retorno a Portugal

José Bonifácio retornou a Portugal em 1800, depois de dez anos de viagens científicas pela Europa. Reencontrou dois de seus irmãos, Martim Francisco e Antonio Carlos, a quem não via desde que tinha deixado o Brasil, anos antes.

Logo que chegou, travou amizade com D. Rodrigo de Souza Coutinho, futuro Conde de Linhares, o que lhe renderia numerosas incumbências junto ao governo português. No entanto, embora as nomeações deixassem patente o prestígio do nomeado, a dispersão de esforços significou que José Bonifácio não pôde dedicar-se especialmente a nenhuma delas. Além disso, os entraves burocráticos e a carência de recursos da máquina do estado português minaram-lhe o entusiasmo. Já em 1806 sonhava com a volta ao Brasil.



D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares nasceu em Chaves em 4 d'Agosto de 1755. Ministro Plenipotenciario na Corte de Turim em 1776. Ministro da Marinha e Ultramar em 1796. Presidente do Erario em 1801. Ministro dos Negocios Estrangeiros e da Guerra em 1803. Conselheiro d'Estado e Grão Cruz das Ordens de S. Bento d'Aviz e da Torre e Espada. Faleceu no Rio de Janeiro em 26 de Janeiro de 1812.

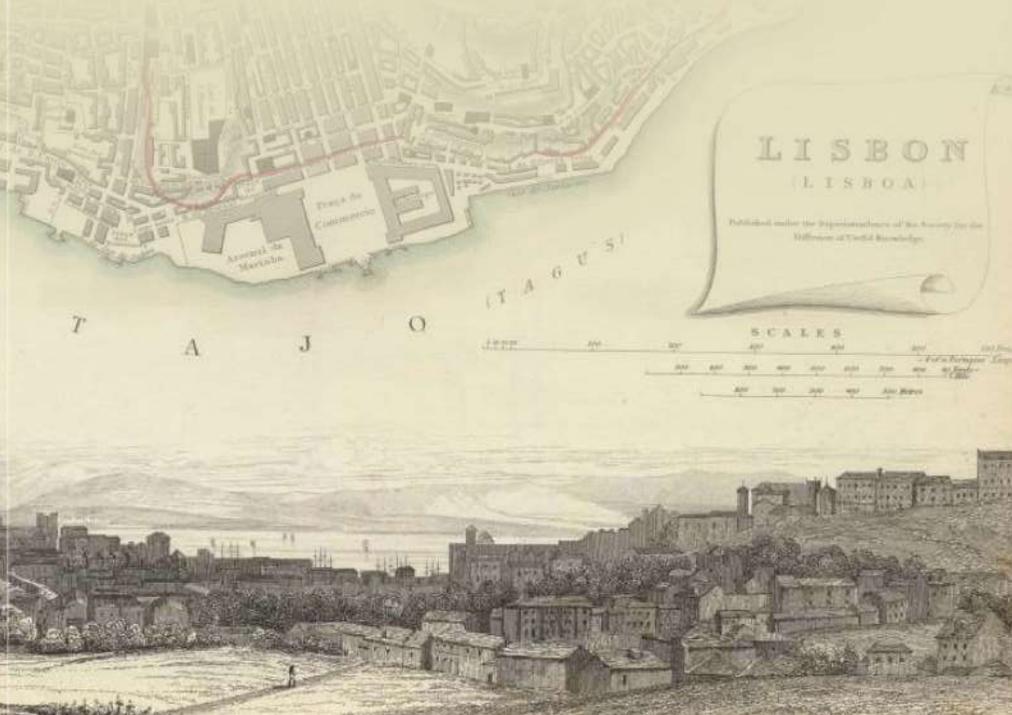
Martim Francisco Ribeiro de Andrada, irmão doze anos mais moço e genro de José Bonifácio. Formado em Matemática e Filosofia na Universidade de Coimbra. Ao regressar ao Brasil junto com seu irmão Antonio Carlos, dedicou-se a estudos mineralógicos em Minas Gerais. Foi secretário no Governo Provisório da Província de São Paulo, participou da Assembleia Constituinte de 1823 e exilou-se com os irmãos na França. Foi Ministro das Finanças tanto no primeiro reinado como no Gabinete da Maioridade de D. Pedro II, em 1840. Como Ministro das Finanças teve um papel importante na obtenção de recursos para a consolidação da Independência do Brasil.



Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, dez anos mais moço que José Bonifácio. Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e regressou ao Brasil em 1800, onde se dedicou a carreira na magistratura: ocupou vários postos como juiz e ouvidor. De temperamento inflamado, participou da Revolução Pernambucana de 1817, e por essa razão ficou preso por quatro anos em Salvador. Foi Deputado nas Cortes de Lisboa, e depois Deputado da Constituinte de 1823, tendo sido o principal relator do projeto da constituição então em debate.



Society for the Diffusion of Useful Knowledge (Great Britain). Lisbon. Lisboa.



David Rumsey Historical Map Collection © 2000 by Cartography Associates (CC BY-NC-SA 3.0)



*Bonaparte Premier Consul
Remettant l'Épée dans le fourreau après la Paix Générale*

Embarque de D. João VI e da Família Real para o Brasil. Museu Nacional dos Coches - DGPC/ADF Nuno Faveiro, 2004.



Logo após a Revolução e a queda da monarquia na França, a Primeira República lançou uma campanha militar agressiva contra várias monarquias europeias. As chamadas guerras revolucionárias propiciaram a ascensão de Napoleão Bonaparte, grande general corso que conseguiu importantes vitórias para a França. A trajetória meteórica culminou com sua coroação, em 1804, como imperador dos franceses. A partir daí, coalizões lideradas pelos ingleses foram formadas para enfrentá-lo.

Diante da dificuldade de Napoleão vencer os ingleses, quis estrangulá-los economicamente por meio de um bloqueio continental.

Portugal se viu compelido a se aliar à França e romper com a Inglaterra, seu principal parceiro comercial, ou a permanecer aliado da Inglaterra e ter seu território invadido pelos exércitos de Napoleão Bonaparte.

O impasse foi resolvido com a decisão do Príncipe Regente D. João de se transferir para o Brasil com sua família e o aparato oficial.



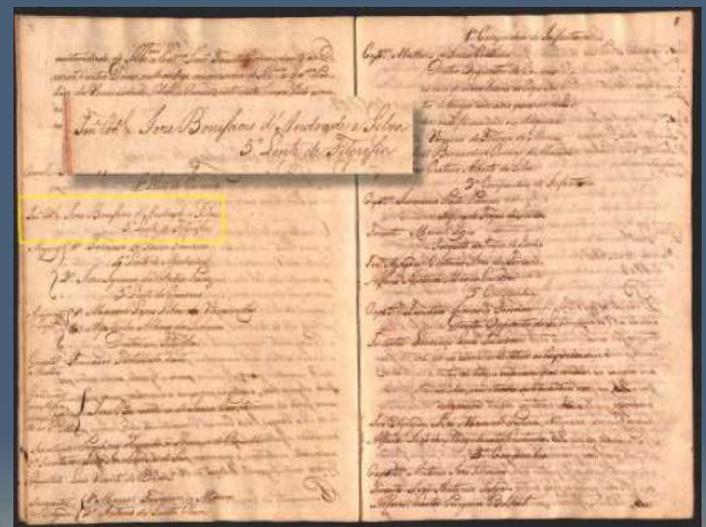
ACADEMICO DE COIMBRA
COM O UNIFORME DE OFICIAL DO CORPO DE GUIAS.

Acadêmico de Coimbra com o uniforme de oficial do corpo de guias. Imagem cedida pela Universidade de Coimbra, Biblioteca Geral.

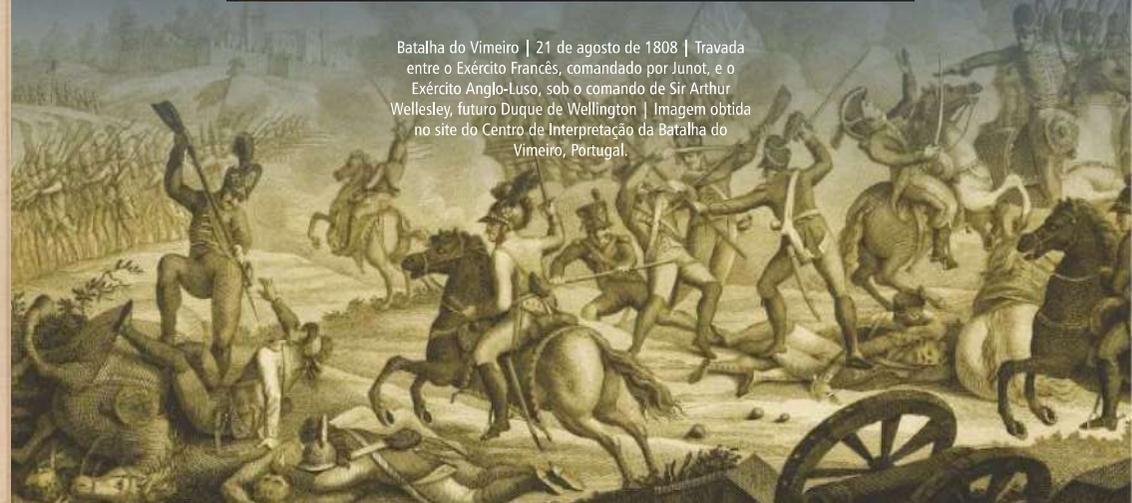
"A EDITORA 194"

1808 Portugal invadido

Em 1808, a Família Real transferiu-se com a corte para o Brasil, fugindo das invasões francesas. Para os que ficaram, restava a resistência. A Universidade de Coimbra organizou um Corpo Voluntário Acadêmico do qual José Bonifácio fez parte, cuidando da fabricação de munições de guerra. Em 1809, criou-se o Corpo Militar Acadêmico, ao qual José Bonifácio rapidamente se alistou e onde desempenhou diversas funções, primeiro como major, e em seguida como tenente-coronel. Entre outras atividades, coordenou o serviço secreto do Porto.



Batalha do Vimeiro | 21 de agosto de 1808 | Travada entre o Exército Francês, comandado por Junot, e o Exército Anglo-Luso, sob o comando de Sir Arthur Wellesley, futuro Duque de Wellington | Imagem obtida no site do Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro, Portugal.





Victoria Alcançada pelas armas Britânicas, e Portuguezas, no Sitio do Vimieiro contra os Francezes em 21 de Agosto de 1808. Fonte: BNDigital

“... vou deitar-me aos pés de Sua Alteza Real para que me deixe ir acabar o resto de meus cansados dias nos sertões do Brasil a cultivar o que é meu.”

José Bonifácio

1818

Passada a onda militar, José Bonifácio, desgostoso com seus inúmeros encargos na administração do Reino e os empecilhos da máquina estatal, assumiu o cargo de secretário perpétuo da Academia de Ciências, onde pôde apresentar numerosos trabalhos nas áreas de Mineralogia e Economia.

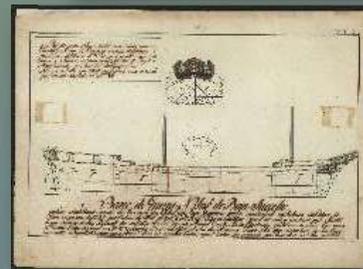
Depois de numerosas petições ao Rei D. João VI, recebeu licença para voltar ao Brasil, em 1818.

Esperava por José Bonifácio um país muito diferente daquele que deixara.

1819 Retorno ao Brasil



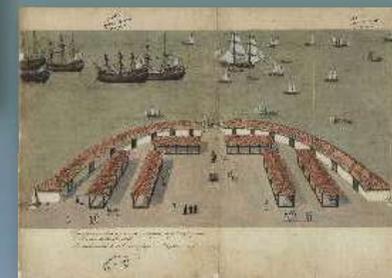
A Real Fábrica de Ferro retratada por Debret, em 1821



Em apenas dez anos, o Brasil tinha sofrido profundas transformações. As medidas tomadas quando da chegada de D. João VI, em 1808 — como a **abertura dos portos**, a **criação do Banco do Brasil** e a **revogação do alvará que proibia a instalação de manufaturas nas colônias portuguesas** —, alavancaram sua economia. Quando ventos revolucionários iniciados na cidade do Porto impuseram a volta de D. João para Portugal, a reboque da instalação das Cortes Constituintes de Lisboa, o regresso do Brasil à situação anterior se revelou impossível.

Também no Brasil foram instituídas juntas governativas provisórias nos moldes da que tomara o poder em Portugal. Elas se organizaram para enviar às Cortes de Lisboa representantes brasileiros para participarem dos debates e assegurarem as conquistas até então firmadas.

Produziu-se, no entanto, um choque de interesses, já que a Revolução Liberal do Porto de 1820 tinha por principal objetivo resgatar o reino de sua crise econômica, com a restauração do pacto colonial.



"A vice-presidência foi confiada a José Bonifácio de Andrada, a quem se deve a tranquilidade atual da província de São Paulo."

Príncipe D. Pedro em carta a seu pai, D. João VI

"No Brasil, a virtude, quando existe, é heroica, porque tem que lutar com a opinião e o governo."

José Bonifácio

Segundo o Barão de Eschwege, José Bonifácio, já cinquentenário, dançava "maravilhosamente bem" o lundu, dança predileta dos escravos.



Nos dois primeiros anos de sua volta ao Brasil, Bonifácio se dedicou à família e fez uma viagem de pesquisa mineralógica pelo interior de São Paulo. Registrou em diários suas impressões sobre a negligência dos administradores, sobre a escravidão e os maus-tratos aos indígenas.

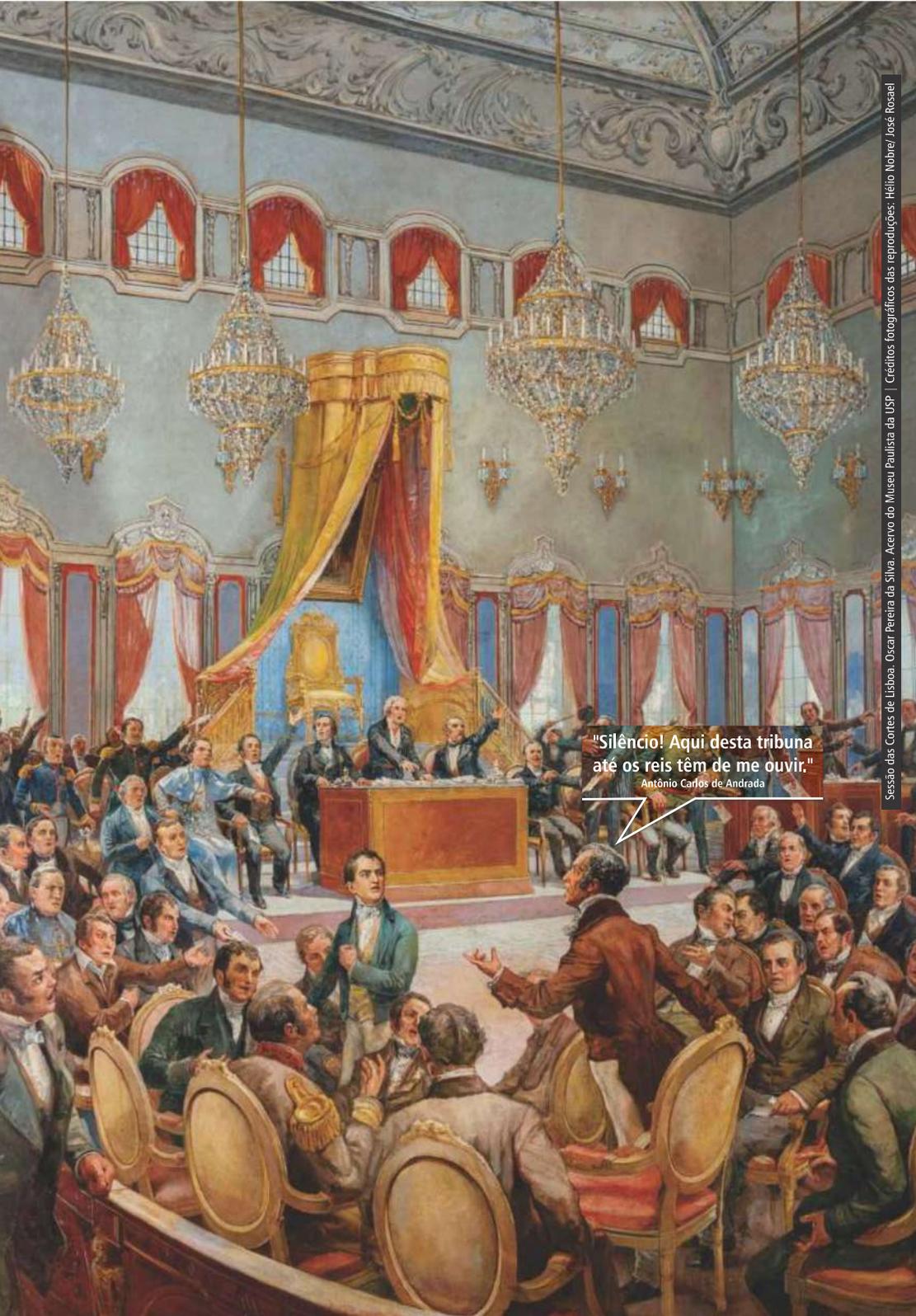
Na esteira da Revolução Constitucionalista do Porto, já em 1820 foram se formando juntas governativas provisórias em todas as capitanias brasileiras, e José Bonifácio, eleito pela junta de Santos, foi chamado para presidir a eleição do governo provisório de São Paulo. Ele então submeteu à aclamação dos eleitores o nome do antigo governador, João Carlos Augusto de Oeyhausen, para presidente, e o seu próprio para vice-presidente. Iniciava-se assim a participação de José Bonifácio nos negócios públicos brasileiros.





1821

Como vice-presidente da Província, José Bonifácio assegurou que São Paulo fosse a primeira a reconhecer a autoridade do Príncipe Regente D. Pedro, como único remédio para impedir a fragmentação do Brasil em face das ações desagregadoras das Cortes de Lisboa.



Sessão das Cortes de Lisboa. Oscar Pereira da Silva. Acervo do Museu Paulista da USP | Créditos fotográficos das reproduções: Hélio Nobre/ José Rosael

"Silêncio! Aqui desta tribuna até os reis têm de me ouvir."

Antônio Carlos de Andrada

Nas Cortes de Lisboa

Apontamentos do Governo Provisório de São Paulo

Como vice-presidente da Província de São Paulo, José Bonifácio instruiu os deputados que participariam da elaboração da primeira Constituição dos Reinos de Portugal, Brasil e Algarves. O texto pode ser considerado um apanhado das ideias políticas de Bonifácio.

Partindo da indivisibilidade do Reino Unido, propunha uma sede dupla, um tesouro único, a regulamentação do comércio e tratados externos. Defendia também a necessidade de "censores" eleitos para fiscalizar a ação dos três poderes, uma espécie de poder moderador coletivo.

Propunha a declaração dos poderes e atribuições do Brasil no âmbito da Constituição e defendia a necessidade de um governo central no Reino do Brasil, ao qual se submeteriam as províncias. Também sugeria uma legislação própria tanto civil quanto penal.

Sugeria uma legislação que considerava da maior importância para a prosperidade do Brasil: a catequese dos índios e a emancipação gradual dos escravos.

Propunha a abertura de escolas primárias em todas as cidades, vilas e freguesias, ginásios em todas as capitanias e ao menos uma universidade no Brasil.

Além desses pontos importantes, José Bonifácio defendia também uma reorganização agrária e a mudança da capital para o interior.

As propostas encontraram resistência dos parlamentares portugueses, ressentidos com a relevância econômica e política que a antiga colônia havia alcançado.

Em defesa do Brasil – O "Fico"

José Bonifácio, indignado, redigiu um inflamadíssimo manifesto exortando o Príncipe a desobedecer às Cortes e permanecer no Brasil após a tentativa do Congresso Constituinte de Lisboa de desmontar a organização administrativa brasileira.

“Como agora esses Deputados de Portugal, sem esperarem pelos do Brasil, ousam já legislar sobre os interesses mais sagrados de cada Província(...)?”

Ainda dirigiu-se ao Príncipe em termos duros e até mesmo ameaçadores:

“Vossa Alteza Real... além de perder para o mundo a dignidade de homem e de príncipe, tornando-se escravo de um pequeno número de desorganizadores, terá também que responder perante o céu, do rio de sangue, que decerto vai correr pelo Brasil com a sua ausência.”

(José Bonifácio, no Manifesto da Junta Provisória da Província de São Paulo)

José Bonifácio tinha a convicção de que era importante lutar pela unidade do Brasil pois, dividido em províncias com interesses tão distintos, corria o risco de se fragmentar.

“Como ousam desmembrá-lo em porções desatadas, e isoladas, sem lhes deixarem um centro comum de força e união?”

“Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros.”

D. João VI

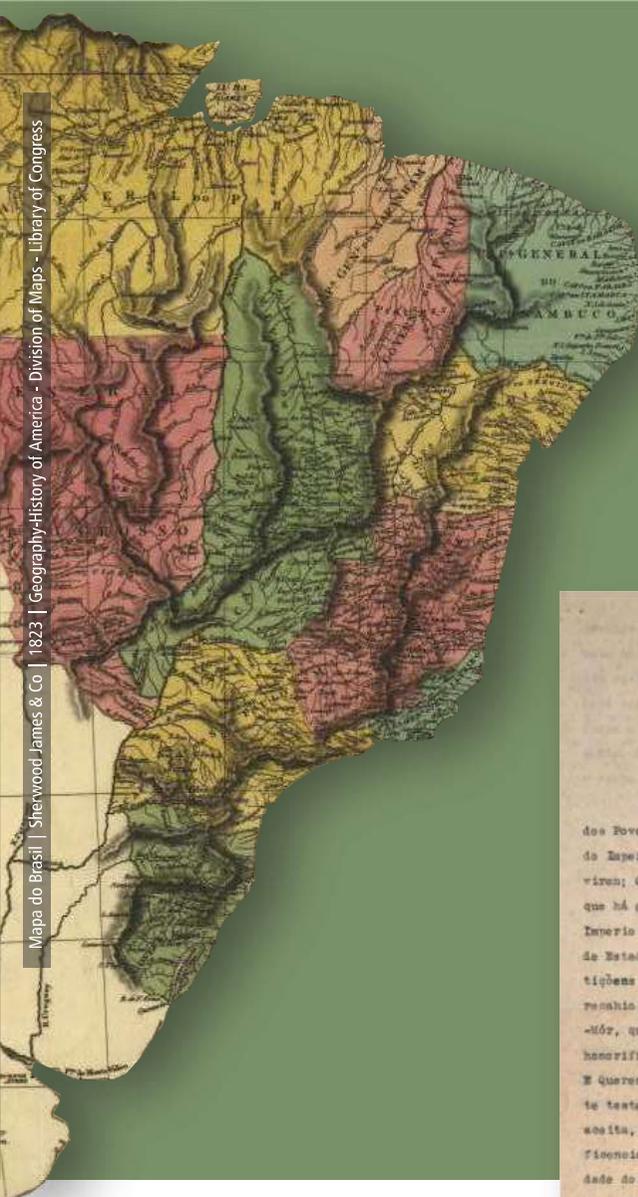


O Fico

As relações entre brasileiros e portugueses pioraram depois da publicação de dois decretos, em setembro de 1821: um deles exigia a volta imediata do Príncipe Regente D. Pedro para Portugal; o outro extinguiu todos os tribunais brasileiros criados por D. João a partir de 1808.

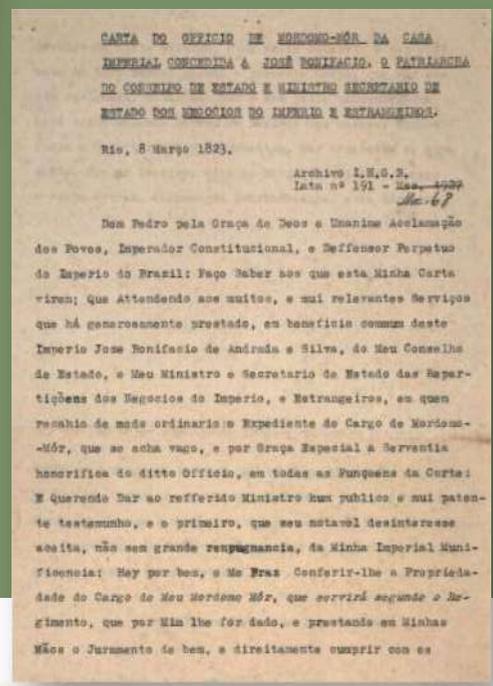
A resposta brasileira foi exaltada e rápida. Das províncias de São Paulo e Minas Gerais vieram pedidos para que o Príncipe D. Pedro não cedesse à pressão de voltar para Portugal, e no dia 9 de janeiro de 1822, o Presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, José Clemente Pereira, entregou-lhe um manifesto com mais de 8 mil assinaturas pedindo sua permanência no Brasil.

D. Pedro respondeu: “Como é para o bem de todos, e felicidade geral da Nação, estou pronto: diga ao povo que fico”.



1822

No dia 17 de janeiro de 1822, D. Leopoldina transmitiu a José Bonifácio o convite para que assumisse o cargo de Ministro das Pastas do Reino, Justiça e Negócios Estrangeiros do Brasil, reiterado no mesmo dia pelo Príncipe D. Pedro.



O Ministro

Preocupado com a manutenção da integridade territorial do Brasil, José Bonifácio não poupou esforços para assegurar a centralização do poder em torno de D. Pedro.

Baixou atos administrativos que buscavam concentrar o recebimento das ordens que vinham de Portugal e sugeriu que todas as províncias se submetessem às ordens do príncipe regente.

Nas relações exteriores, denunciou a intenção das Cortes de Lisboa de reduzirem o Brasil à condição de colônia de um país decadente.

Enquanto isso, desde Lisboa, as Cortes Constitucionais, alheias ao que acontecia no Brasil, anulavam todas as medidas administrativas de D. Pedro.

Em fins de agosto de 1822, chegou um navio de Lisboa com ordens da Corte exigindo o imediato retorno de D. Pedro a Portugal. Trazia boatos de que estava sendo reunido um exército de 7,2 mil homens para subjugar o Brasil.



Caminhos para a Independência

Instado por D. Leopoldina e por José Bonifácio, D. Pedro, às margens do rio Ipiranga, onde se encontrava em viagem, declara a Independência do Brasil.

Os caminhos da Independência, longe de representarem um consenso, foram pavimentados pelo sangue de muitos brasileiros. Havia os que ansiavam por uma república, havia os parlamentaristas e havia também províncias que, pela própria geografia, eram mais afeitas a Lisboa do que ao Rio de Janeiro.

Se no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo a adesão se deu sem maiores intercorrências, nas Províncias do Grão-Pará, Pernambuco, Maranhão, Piauí, Bahia e Cisplatina houve batalhas fratricidas que deixaram um saldo de pelo menos 2 mil mortos.

Coube a José Bonifácio montar a estratégia de expulsão definitiva dos portugueses do território nacional, atacando os vários focos de resistência. Para isso precisou arregimentar uma frota marítima comandada por mercenários estrangeiros, entre os quais se destaca o Almirante britânico **Thomas Cochrane**, que de herói passou à infâmia quando, insatisfeito com seu pagamento, saqueou com seus homens a cidade de São Luís no Maranhão.



Thomas Cochrane. The Royal Library: The National Library of Denmark and Copenhagen University Library (CC BY-NC-ND 4.0).



1823 Dificuldades

Tendo testemunhado os excessos da França revolucionária, José Bonifácio propunha um projeto político centralizador que fortalecia o Executivo em detrimento do Parlamento. Isso desagradou profundamente aos que propunham um modelo no qual o monarca se submetia – sem direito a veto – a uma constituição ainda em elaboração, dando início a desavenças e desconfianças, sobretudo no âmbito das sociedades maçônicas que se dividiam entre o grupo de José Bonifácio e o grupo comandado por, entre outros, Joaquim Gonçalves Ledo.

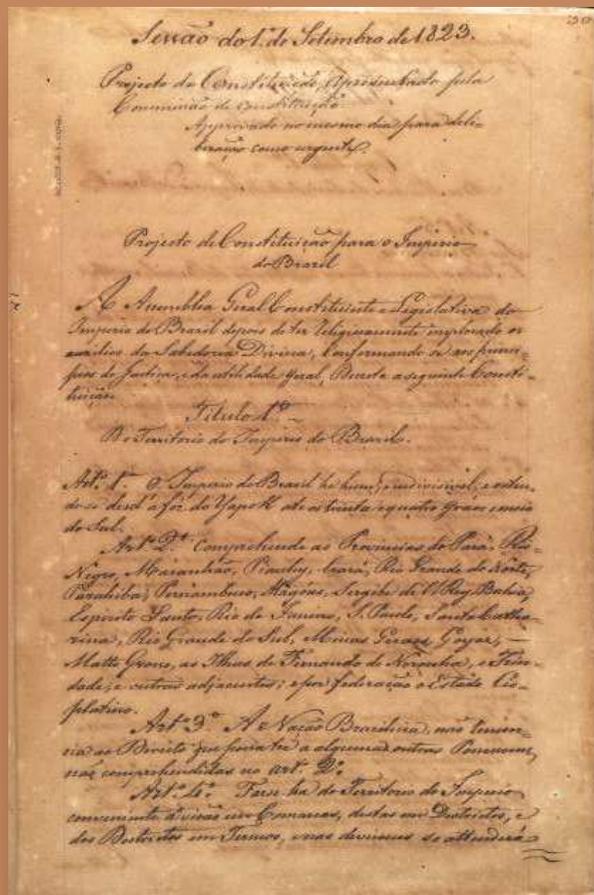
Abertamente favorável à reforma agrária, à abolição da escravatura – ainda que gradual – e contra a improdutividade dos latifúndios, José Bonifácio também angariou inimigos entre proprietários de terras e escravos.

Além disso, seu irmão Martim Francisco, como Ministro da Fazenda, precisou tomar medidas drásticas e impopulares – sobretudo junto aos comerciantes portugueses – para recuperar os cofres do Império.

Tudo isso, somado a fatores como o temperamento difícil da família em meio a intrigas palacianas, a fidelidade à Imperatriz Leopoldina (e por consequência a declarada inimizade à futura Marquesa de Santos, amante do Imperador), levou a um desfecho inevitável: em 15 de junho de 1823 Bonifácio deixou o Ministério.

A partir de então, na Constituinte e no jornal *O Tamoio*, José Bonifácio e seus irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco promoveram acirrada oposição ao governo de D. Pedro I.





A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1823 e o desgaste da administração de D. Pedro I

Em maio de 1823 reuniu-se a Assembleia Constituinte do Império do Brasil, da qual três irmãos Andradas faziam parte. Composta de homens eleitos entre a elite de quase todas as províncias brasileiras, a Constituinte logo se dividiu em três grandes vertentes políticas:

- os "Bonifácios", que defendiam a monarquia constitucional com um poder executivo forte, capaz de implementar profundas e necessárias reformas econômicas e sociais, tais como a abolição da escravatura;
- os "Portugueses Absolutistas", que reuniam portugueses e brasileiros defensores da monarquia absolutista e a manutenção de privilégios coloniais;
- os "Liberais Federalistas", interessados em implementar um regime monárquico descentralizado e em desmontar os projetos dos "Bonifácios".

O projeto de constituição proposto previa uma monarquia constitucional com viés liberal, três poderes e duas Câmaras Legislativas, de Deputados e Senadores. As províncias seriam governadas por presidentes nomeados pelo Imperador, que também tinha poder de veto.

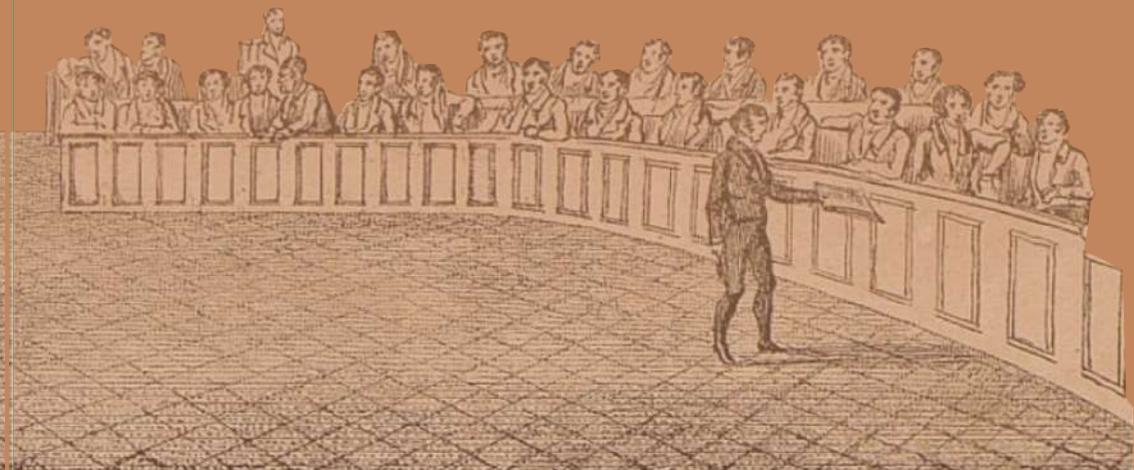
As divisões internas arrastavam os trabalhos. E as críticas dos Andradas aos cortesãos, tanto da tribuna como pelos jornais, inflamavam os ânimos.

Uma agressão perpetrada por dois oficiais portugueses a um farmacêutico brasileiro confundido com um jornalista, amplamente explorada pelos Andradas, precipitou a crise final da Constituinte.

O descontentamento do oficialato das guarnições do Rio de Janeiro, de maioria portuguesa, com os jornais *O Tamoio* e *A Sentinela*, ambos vinculados aos Andradas, resultou na exigência da cassação dos mandatos dos três irmãos e de novas leis que regulassem a imprensa.

"A noite da Agonia"

Antônio Carlos, irmão de Bonifácio e relator da Constituinte, propôs uma vigília em defesa da independência da Assembleia, encerrada no dia 12 de novembro de 1823, quando D. Pedro mandou preparar as tropas para um eventual conflito e decretou a dissolução da Assembleia.





1823 -1828

Exílio

José Bonifácio, Martim Francisco, Antônio Carlos e outros três deputados foram presos e levados para a Fortaleza da Laje, na boca da Baía da Guanabara, de onde partiram em 20 de novembro de 1823 diretamente para o Exílio na França. Sua estada no Brasil, tão rica de acontecimentos cruciais para o país, havia durado apenas quatro anos.

No exílio, José Bonifácio se dedicou a escrever poemas e trabalhos científicos, mas não perdia o interesse pelos acontecimentos políticos no Brasil.

Vociferava contra os termos dos tratados de reconhecimento da independência firmados com a Inglaterra, que entendeu serem um prejuízo certo aos cofres públicos.

Indignou-se também com outra obrigação assumida, de que o Brasil encerrasse o tráfico negreiro em três anos. Não que fosse a favor do tráfico, mas lhe ofendia a agressão à nossa soberania. Entendia que apenas o Parlamento brasileiro poderia regular a questão.

Revoltava-se ainda com a indenização milionária a Portugal pela Independência.

Em 1828, o processo instaurado contra os Andradas na dissolução da Constituinte chegou ao fim, com a absolvição dos três irmãos. José Bonifácio pôde, por fim, retornar ao Brasil, a tempo de testemunhar a queda de D. Pedro.

No Brasil, a popularidade de D. Pedro havia sofrido sucessivos golpes. Entre eles, a derrota militar na Província Cisplatina (que se desmembrou do Brasil, tornando-se o Uruguai), a submissão à Inglaterra, o envolvimento permanente nas questões portuguesas – especialmente depois da morte de D. João – e o desgaste moral com a morte, aos 29 anos, da Imperatriz Leopoldina, que muitos atribuíam ao rumoroso caso com a Marquesa de Santos.

Isolado politicamente, D. Pedro abdicou do trono em favor de seu filho em 7 de abril de 1831.

1833-1838

Em dezembro de 1833, foi destituído da tutoria e levado em prisão domiciliar para sua casa em Paquetá. Só saiu de lá para se tratar em Niterói, por insistência dos irmãos e amigos, que o aconselharam a se instalar em local de mais fácil acesso.

Mesmo mal de saúde, continuou lúcido e espirituoso. Faleceu em 6 de abril de 1838, com quase 75 anos, após uma longa agonia de doze dias.

“A voz da minha consciência brada-me a todo instante que, no desempenho das minhas obrigações públicas, se não fiz tudo o que queria, fiz tudo o que podia: se os zoilos me caluniam, e se for julgado à revelia, tenho sangue-frio bastante para desprezar injustiças e vilezas.”

João Bonifácio de Andrada e Silva.



Enseada de Paquetá com Serra dos Órgãos ao fundo (atribuído). Nicolau Facchinetti.



EXPOSIÇÃO
JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA

FICHA TÉCNICA

Câmara dos Deputados	Coordenação do Projeto Secretaria de Comunicação Social Centro Cultural Câmara dos Deputados
Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Secretário de Comunicação Social Fábio Schiochet (PSL/SC)
Rodrigo Maia (DEM/RJ)	Diretor Executivo de Comunicação Social David Miranda
1º Vice-Presidente Marcos Pereira (PRB/SP)	Diretora do Centro Cultural Isabel Flecha de Lima
2º Vice-Presidente Luciano Bivar (PSL/PE)	Núcleo de História, Arte e Cultura (Coordenação) Clauder Diniz
1ª Secretária Soraya Santos (PR/RJ)	Curadoria Centro Cultural Câmara dos Deputados José Theodoro Mascarenhas Menck
2º Secretário Mário Heringer (PDT/MG)	Produção Revisão Centro Cultural Câmara dos Deputados
3º Secretário Fábio Faria (PSD/RN)	Montagem e Manutenção da Exposição André Ventorim Edson Caetano Paulo Titula Wendel Fontenele
4º Secretário André Fufuca (PP/MA)	Suplentes Projeto Gráfico Ely Borges
Rafael Motta (PSB/RN)	Projeto Gráfico Ely Borges
Geovania de Sá (PSDB/SC)	Núcleo de Museu (Coordenação) Marcelo Sá de Sousa
Isnaldo Bulhões Jr. (MDB/AL)	Museóloga Luciana Scanapieco
Assis Carvalho (PT/PI)	Impressão Coordenação de Serviços Gráficos - CEGRAF/ DEAPA

Este catálogo foi impresso em couché fosco 170g/m² (miolo) e couché fosco 250g/m², com laminação BOPP fosca, frente e verso (capa).

Agradecimentos

Universidade de Coimbra / Museu da Ciência	Museu Paulista da USP
Universidade de Coimbra / Arquivo	Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand / MASP
Universidade de Coimbra / Biblioteca Geral	Museu Histórico Nacional / IBRAM
Academia das Ciências de Lisboa	Museu Imperial / IBRAM
Museu Nacional dos Coches	Museu de Ciências da Terra / CPRM
Museu de Arte Sacra de São Paulo	Arquivo da Câmara dos Deputados
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	Biblioteca da Câmara dos Deputados
Pinacoteca do Estado de São Paulo	Arquivo do Senado Federal

Informações: 0800 619 619 – cultural@camara.leg.br
Palácio do Congresso Nacional – Câmara dos Deputados
Anexo 1 – Sala 1601 – CEP 70160-900 – Brasília/DF
www.camara.leg.br/centrocultural

Brasília, agosto de 2019.



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Centro Cultural
Secretaria de Comunicação Social

